



Câmara dos Deputados
Departamento de Comissões
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO Nº _____/2015
(Do Sr. VALTENIR PEREIRA)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta, no formato de Mesa Redonda, para debater os impactos e os efeitos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Minas e Energia para que, no formato de Mesa Redonda, possamos debater os impactos e os efeitos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, definindo caminhos jurídicos e políticos para, sem prejuízo da punição aos responsáveis por atos ilícitos, barrar o desemprego em massa e evitar que empresas quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros.

Para tanto, proponho sejam convidados a participar da Audiência Pública governadores, prefeitos, representantes do setor público e do empresariado, além das entidades sindicais que representam os trabalhadores, consoante segue:

- a) Sr. Robson Braga de Andrade**, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**);
- b) Sr. Ariovaldo Rocha**, Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e Reparação Naval e Offshore (**SINAVAL**);
- c) Sr. Wagner Freitas**, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (**CUT**);
- d) Sr. Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força)**, Presidente da **Força Sindical**;
- e) Presidentes das Federações de Indústrias e Centrais Sindicais** dos seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco;
- f) Governadores** dos Estados acima mencionados e **Prefeitos** das cidades mais afetadas.

Ao tempo, sugiro que o evento seja dividido em dois blocos, assim compostos:

1º BLOCO

Rio Grande do Sul:

FIERGS: Sr. Heitor José Müller – Presidente;

CUT: Sr. Cláudir Antônio Nespolo – Presidente;

Força Sindical – Sr. Cláudio Janta – Presidente;

Governador: Sr. José Ivo Sartori;

Prefeito da Cidade do Rio Grande: Sr. Alexandre Lindenmeyer;

Prefeito de Charqueadas: Sr. Davi Gilmar;

Prefeito de São Jerônimo: Sr. Marcelo Luiz Schreinert.

Paraná:

FIEP: Sr. Edson Campagnolo – Presidente;

CUT: Sra. Regina Perpetua Cruz – Presidente;

Força Sindical: Sr. Sérgio Butka – Presidente;

Governador: Sr. Beto Richa;

Prefeito de Paranaguá: Sr. Edison de Oliveira Kersten;

Prefeito de Pontal do Paraná: Sr. Edgar Rossi;

Prefeito de Araucária: Sr. Olizandro José Ferreira.

Santa Catarina:

FIESC: Sr. Glauco José Côrte – Presidente;

CUT: Sr. Neudi Antonio Giachini – Presidente;

Força Sindical: Sr. Osvaldo Mafra – Presidente;

Governador: Sr. Raimundo Colombo;

Prefeito de Itajaí: Sr. Jandir Bellini.

2º BLOCO

Espírito Santo:

FINDES: Sr. Marcos Guerra – Presidente

CUT: Sr. José Carlos Nunes – Presidente;

Força Sindical: Sr. Alessandro Martins Costa – Presidente;

Governador: Sr. Paulo Hartung;

Prefeito de Vitória: Sr. Luciano Rezende;

Prefeito de São Mateus: Sr. Amadeu Boroto;

Prefeito de Presidente Kennedy: Sra. Amanda Quinta Rangel;

Prefeito de Jaguaré: Sr. Rogério Feitani;

Prefeito de Linhares: Sr. Jair Corrêa.

Bahia:

FIEB: Sr. Antonio Ricardo Alvarez Alban – Presidente;

CUT: Sr. Cedro Costa e Silva – Presidente;
Força Sindical: Sra. Nair Goulart – Presidente;
Governador: Sr. Rui Costa;
Prefeita de Maragogipe: Sra. Vera da Saúde (onde fica localizado o distrito de São Roque);
Prefeito de Camaçari: Sr. Ademar Delgado.

Pernambuco:
FIEPE: Sr. Jorge Côrte Real – Presidente;
CUT: Sr. Carlos Veras – Presidente;
Força Sindical: Sr. Miguel Torres – Presidente;
Governador: Sr. Paulo Câmara;
Prefeito de Recife: Sr. Geraldo Júlio;
Prefeito de Ipojuca: Sr. Carlos Santana;
Prefeito de Cabo de Santo Agostinho: José Ivaldo Gomes (Vado).

JUSTIFICATIVA

O principal objetivo da Audiência Pública é reunir à mesa Governo, Empresários e Trabalhadores para debater, com autoridades e sociedade civil organizada, os impactos e os efeitos da “Operação Lava Jato” na atividade econômica nacional e no índice de emprego do Brasil, e ao mesmo tempo construir urgentes alternativas para garantir a retomada dos investimentos e, assim, evitar a bancarrota das maiores empresas de engenharia do país, e garantir que os empregos gerados por elas sejam protegidos, sem esquecer, é claro, o total apoio à punição dos corruptos, lembrando que, como bem assinalou o Sr. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, Presidente da FIRJAN: “O tempo econômico é muito mais curto que o tempo jurídico e o tempo político”.

A par disso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio de seu presidente Robson Andrade, em entrevista à coluna “Isto é Dinheiro”, falando sobre os desdobramentos da “Operação Lava Jato”, reconhece que pode haver impactos negativos no desempenho da economia brasileira em 2015.

Já o presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, foi mais contundente ao fazer a defesa das empresas nacionais, revelando que a atual paralisação de investimentos pode quebrar as maiores empresas de engenharia do país, levando milhares de brasileiros ao desemprego, e alertou que o risco é do conjunto da sociedade.

“Tornar a sociedade ética não pode justificar torná-la mais pobre. É preciso punir todos os corruptos e salvar as empresas. Grandes obras nacionais serão executadas por empresas sem experiência ou estrangeiras, com sérios riscos para a nossa economia. Estaremos diante de um risco sistêmico. Impossível adiar decisões.” alertou o presidente da Firjan.

As Entidades Sindicais também apoiam as propostas que visam desobstruir os canais de financiamento para as empresas, mas alerta que isso deve ocorrer com as empresas honrando os compromissos trabalhistas e garantindo os postos de trabalho. "É extremamente oportuna a iniciativa do Congresso Nacional de promover a união dos setores produtivos e do Estado. Não há um setor mais interessado em extirpar a corrupção do que os trabalhadores. É o nosso suor, e às vezes, o nosso sangue que vai pelo ralo. Temos que fazer o exercício do diálogo...", afirmou João Antônio de Moraes, Secretário de Relações Internacionais da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Assim sendo, unir forças pelas empresas e pelo emprego no Brasil é essencial!

Desse modo, devemos ter a clareza e a responsabilidade de compreender a importância e a necessidade da "Operação Lava Jato" no combate à corrupção, mas não podemos nos esquecer os riscos que os desdobramentos das investigações têm produzido na economia brasileira. Por isso é hora de uma discussão ampla sobre as medidas que podem ser adotadas para a preservação dos investimentos e dos milhares de empregos no Brasil.

As investigações da "Operação Lava Jato" resultaram, até o momento, na suspensão formal da contratação pela Petrobras de 25 empresas no Brasil. No universo destas 25 empresas há 13 construtoras envolvidas nas mais importantes obras de infraestrutura econômica e em grandes empreendimentos do setor de petróleo e gás.

Há hoje em curso 109 obras de infraestrutura no País, duas gigantescas unidades de refino, duas plantas de fertilizantes e 31 contratações de embarcações junto a 18 estaleiros ameaçados de paralisação. São 144 empreendimentos no total. Somados, eles representam mais de 420 bilhões de reais de investimentos na economia brasileira. A construção naval, com seus 18 estaleiros e sua cadeia de fornecedores, vê ameaçados investimentos acima de 100 bilhões de reais!

As empresas investigadas são grandes empregadoras do País e suas contratadas e subcontratadas empregam um contingente ainda maior de pessoas nas mais diversas funções e atividades econômicas, pois ao longo do tempo adquiriram *know-how* que as tornaram altamente competitivas, inclusive exportando tecnologia para outros países.

A suspensão do crédito pelos Bancos, Fundos de Pensão e Fundos de Investimentos e a interrupção de pagamentos pela Petrobras já atinge até mesmo empresas que nem sequer estão citadas nas investigações da "Operação Lava Jato". Toda a cadeia de fornecedores tem sido impactada negativamente, em especial os estaleiros. São empregos de brasileiros que nada têm a ver com supostos atos ilícitos praticados por seus superiores.

Uma coisa é punir controladores ou executivos que incorreram em atos ilícitos. Outra bem diferente é permitir que empresas quebrem e arrastem com elas os empregos de milhares de brasileiros, condenando ao desemprego currículos consagrados, juntamente com uma multidão de técnicos altamente

especializados, bem como retirar o pão de cada dia da mesa dos dedicados trabalhadores das diversas cadeias produtivas de fornecedores da Petrobras, que formam a mão de obra deste País.

A quebra de centenas de empresas, bem como a perda de milhares de postos de trabalho, segundo o Presidente da Firjan, Sr. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, apontam dramaticamente para o momento "de buscar soluções que não prejudiquem as investigações, punam os culpados mas, acima de tudo, que preservem os trabalhadores". E não há como preservar os postos de trabalho sem preservar a viabilidade econômico-financeira das empresas e dos empreendimentos estruturantes, fundamentais para o crescimento do País.

A desmontagem de grandes grupos nacionais é a desmontagem do próprio país. Sua quebra implicará em dificuldades que não podem ser menosprezadas para o sistema financeiro. Como bem disse o Presidente da Firjan, não há qualquer traço de alarmismo nesta afirmação: "pelo nível de alavancagem de algumas empresas, sua inviabilidade econômica afetará diretamente as instituições que as financiaram. Estaremos diante de um risco sistêmico!"

A "Operação Lava Jato", por si só, tem provocado reflexos diretos e negativos na rentabilidade de Fundos de Pensão e Fundos de Investimentos que têm ações na Bolsa de Valores, em razão desses Fundos terem aportado substanciais recursos, por meio de empréstimos, nos empreendimentos da Petrobras, que agora estão paralisados pelo meio do caminho.

Os impactos negativos que as demissões em curso têm provocado em municípios brasileiros, cito aqui o município de Macaé-RJ, no norte fluminense, conhecido como a "Capital do Petróleo" no Brasil, têm sido largamente difundidos pela imprensa nacional e atingem fortemente uma massa de mão de obra altamente qualificada por longos períodos de investimentos em capacitação e treinamentos.

Nessa direção, o jornal Correio Brasiliense, em seu Caderno de Economia, de 30 de março de 2015, ao tratar dos impactos negativos da "Operação Lava Jato" na economia, noticia que em Pernambuco, só na refinaria Abreu e Lima - em construção, mais de 5,7 mil trabalhadores perderam o emprego. Revela também que mais de 20 mil trabalhadores em 38 empresas em 7 estados já perderam seus postos de trabalho. Em Itaboraí, no Rio de Janeiro, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, que chegou a ter 35 mil trabalhadores em 2013, agora tem apenas 4,5 mil.

Diante de tudo isso não podemos ficar parados! É hora de unirmos esforços! Temos que encontrar soluções urgentes e imediatas para destravar o crédito e permitir que as empresas resgatem sua capacidade de investimento para, assim, evitar que o desemprego aumente, uma vez que o emprego é um dos grandes pilares da economia do País no enfrentamento da crise internacional que nos atinge.

Em síntese, precisamos nos mobilizar, num esforço conjunto dos diversos segmentos responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos da Petrobras, tais

como o crédito, o setor público e produtivo e a mão de obra, para manter bilhões de investimentos em infraestrutura econômica e preservar os milhares de postos de trabalho no Brasil, e assim evitar uma nociva e indesejável paralisação econômica logo adiante.

Cumpre assinalar que o objetivo da Audiência Pública é encontrar saídas para evitar consequências danosas oriundas da interrupção injustificável dos contratos das empresas com a Petrobras, a principal delas o desemprego em larga escala que abrangeeria, não apenas os trabalhadores das atividades-fim, mas também todos aqueles que operam nos subcontratos delas decorrentes.

Por fim, para a CNI e também para a FIRJAN, o fato de a "Operação Lava Jato" atingir as principais empresas de construção do País, faz-se necessário adotar providências urgentes, e encontrar soluções imediatas para garantir os investimentos em infraestrutura e manter os milhares de empregos.

Assim, em razão da importância estratégica da continuidade da Construção Naval e das obras de infraestrutura econômica realizadas pelas maiores empresas do País, da necessidade de preservação da atividade econômica e da manutenção de milhares de empregos, contamos com o inestimável apoio dos nobres pares desta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para a aprovação deste requerimento de Audiência Pública conjunta no formato de Mesa Redonda.

Sala da Comissão, em 06 de abril de 2015.

Deputado **VALTENIR PEREIRA**
PROS/MT